

## CAPÍTULO 20

### RETOMADA DA REVOLUÇÃO NACIONAL E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Para que este novo pacto político que está surgindo seja realmente popular e nacional, a adoção de um novo desenvolvimentismo e de um nacionalismo moderno ou do patriotismo será essencial. A palavra “nacionalismo” foi prejudicada por radicalizações fascistas, que foram muito além do objetivo que lhe é próprio de afirmação do Estado nacional, mas mesmo assim continuarei a usá-la como sinônimo de uma expressão menos controversa: o patriotismo. O nacionalismo é a forma pela qual as sociedades modernas se auto-definem como nação, e, a partir daí, esperam que seus governos, nas relações com os demais países, defendam o trabalho e o capital nacionais. É a ideologia através da qual uma nação ou um conjunto de nações legitima a formação de um Estado-Nação; é a prática da defesa do interesse nacional usando como ferramenta as instituições e a organização do Estado nacional. É impossível entender o comportamento dos países democráticos modernos se não considerarmos neles um forte componente nacionalista.

O nacionalismo moderno adota um conceito amplo de nação, que tem caráter antes histórico e político. Mesmo países ou Estados-Nação como a França, apesar de sua aparente homogeneidade, não têm a unidade étnica e cultural que um conceito restrito de nação pressupõe. Existe uma nação brasileira, porque os brasileiros assim se auto-definem, embora aqui não exista unidade étnica, mas multiplicidade e miscigenação. Nos termos propostos por Benedict Anderson, nação é “uma comunidade política imaginada” — imaginada pelos seus membros como sendo soberana. É uma comunidade política limitada aos seus cidadãos.<sup>1</sup> Nestes termos, a cada nação corresponde um Estado-Nação, desde que acrescentemos à definição o território sobre o qual se exerce a soberania. Cada Estado-Nação ou país, por sua vez, é constituído por uma nação (ou por uma sociedade civil, se dermos mais ênfase ao aspecto político do que ao cultural), por um Estado, compreendido em sua dupla dimensão — de organização e de sistema institucional constituído-

---

<sup>1</sup> A análise histórica que Anderson apresenta do nacionalismo é fascinante e reveladora. Anderson, 1983: 91.

nal —, e por um governo formado pelos políticos e burocratas que dirigem o aparelho do Estado. O nacionalismo é a expressão ideológica da nação, é o conjunto de valores e crenças através dos quais a comunidade nacional se auto-define, distingue-se das demais e afirma seus interesses comuns.

Os Estados nacionais e o nacionalismo surgem com o capitalismo. Enquanto a Revolução Capitalista consolidava o sistema moderno de mercado, a Revolução Nacional constituía os Estados-Nação modernos. A primeira implicou na definição de um sistema monetário próprio e um mercado interno com regras homogêneas para a circulação de mercadorias; a segunda, em um sistema jurídico, um sistema de defesa do território, e o sentimento patriótico ou nacionalista de defesa de interesses comuns cruzando as classes sociais. Enquanto o liberalismo é a ideologia por excelência do capitalismo, o nacionalismo é a ideologia do Estado nacional. Se para o liberal clássico o papel fundamental do Estado é defender a liberdade, para o nacionalista esse papel é o de defender o capital e o trabalho nacionais.

Estas definições de nação e nacionalismo são válidas tanto para os países de desenvolvimento intermediário, como o Brasil, como para os países ricos. Nestes, entretanto, embora já venha se constituindo uma ampla literatura que trata o tema de forma científica, a palavra nacionalismo é vulgarmente usada em termos pejorativos, indicando uma ideologia anti-estrangeira de caráter autoritário, ou fundamentalista.<sup>2</sup> A identificação com o próprio país seria preferivelmente chamada de “patriotismo”, de amor à pátria — uma expressão supostamente mais neutra. Na verdade, existe nesses países um forte sentimento nacionalista, tão forte que a expressão nacionalismo torna-se relativamente supérflua para eles, porque não tem poder discriminatório na medida em que todos estão de acordo que é dever primordial de seus governos defender o interesse nacional.

No Brasil, como país em desenvolvimento, a situação é diferente. Dado o caráter dependente ou subordinado de nossa cultura, dada a construção incompleta do Estado-Nação, muitos não reconhecem o critério do interesse nacional, ou supõem estar esse interesse automaticamente identificado com os interesses dos países ricos. Quando é assim, não há outra alternativa senão distinguir os nacionalistas dos entreguistas ou colonialistas que, ao negarem a relevância do Estado nacional, são também globalistas. Em contrapartida, existem aqui aqueles que, inseguros de sua afirmação nacional, confirmam a concepção vulgar de nacionalismo adotada nos países ricos ao identificarem

---

<sup>2</sup> Uma excelente resenha dessa literatura encontra-se em Özkirimli, 2000.

o termo com um sentimento anti-estrangeiro, e ao proporem que o país se proteja do sistema internacional fechando-se o mais possível dentro de si mesmo. Esse é o velho nacionalismo, que se justificava quando o país dava os primeiros passos no sentido de consolidar sua independência com uma economia industrial capitalista, mas que hoje perdeu todo o sentido. Como, entretanto, continua a existir em certas parcelas da população e das elites brasileiras, torna-se também necessário distingui-lo do nacionalismo moderno.

O globalismo e o colonialismo, assim como o velho nacionalismo, poderiam ser ignorados se no Brasil, como nos demais países em desenvolvimento, os cidadãos estivessem seguros de si mesmos. Se tivessem a tranqüilidade de rejeitar as pressões que nos vêm do exterior e examinar os conselhos e sugestões, aceitando os bons e recusando os inadequados. Em outras palavras, se não existisse o complexo de inferioridade colonial. Se não houvesse aqui ou uma rejeição generalizada às recomendações externas ou sua aceitação total. Estas condições, porém, ainda não existem. A atitude subordinada, que dá origem tanto ao colonialismo, que se subordina ao estrangeiro, e ao globalismo, que nega a possibilidade de afirmação nacional, quanto ao velho nacionalismo, está amplamente difundida, baseando-se em um fato real — a nossa inferioridade relativa no plano material e cultural. Assim, enquanto um grupo ainda numeroso traduz sua inferioridade na recusa do contato ou da negociação com os países ricos, outro grupo concorda de forma acrítica com a mensagem globalista dos países ricos e adota a atitude colonialista de aceitar acriticamente seus conselhos e sugestões a fim de “construir confiança”.

Nossa inferioridade relativa agravou-se nos últimos vinte anos, de um lado, em razão da crise a que nos levaram as políticas protecionistas ligadas ao velho conceito nacionalismo, e, de outro, às políticas neoliberais globalistas que nos são sugeridas ou impostas, muitas das quais não atendem nossos interesses ou necessidades. Dessa forma, as nossas deficiências de boa governança, que são inerentes ao nosso estágio de desenvolvimento econômico e político, somam-se às forças contraditórias mas igualmente negativas do colonialismo e do velho nacionalismo, tornando triplamente difícil a definição de políticas públicas que defendam o interesse nacional e promovam o desenvolvimento do país.

A alternativa nacionalista é a alternativa que defende a integração do Brasil no mercado mundial, mas busca a redução não apenas da dívida pública do Estado, mas também da dívida externa do país para que este fique menos vulnerável às crises financeiras internacionais. É a alternativa dos que defendem o aumento da capacidade do governo e do Estado para regular a economia e corrigir as falhas do mercado. É a alternativa dos que querem um

Estado forte no plano financeiro e administrativo, e um governo competente e dotado de legitimidade política, de forma que o Estado possa garantir não apenas a propriedade e os contratos, mas também que o governo seja capaz de adotar as políticas comerciais e industriais necessárias ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades sociais.

As ideologias estão constantemente mudando, adaptando-se às novas realidades e aos novos interesses. No Brasil, os liberais eram progressistas e nacionalistas no século passado; tornaram-se conservadores quando surgiu a ameaça comunista; entraram em crise com a grande depressão dos anos 1930; assumiram nos anos 1960 a denominação “neoliberal” (novos liberais) para indicar que haviam se adaptado às “novas realidades” e que aceitavam um certo grau de intervenção do Estado. Entretanto, quando o desenvolvimentismo e o Estado do Bem-Estar entraram em crise, no final dos anos 1970, aproveitaram a onda conservadora para radicalizarem seu liberalismo e seu globalismo, dando à expressão um novo sentido. Enquanto os neoliberais dos anos 1960 eram liberais moderados, que haviam abandonado a tese ortodoxa do Estado mínimo, os neoliberais dos anos 1980 e 1990 são ultraliberais.

Os defensores do papel ativo do Estado, por sua vez, fossem eles moderados (social-democratas) ou radicais (estatistas, comunistas e integralistas), eram, nos anos 1930, nacionalistas e desenvolvimentistas. Entre os anos 1930 e 1950 suas posições faziam sentido, na medida em que o liberalismo levava a economia mundial ao colapso. Entretanto, dados os excessos de intervenção e as inevitáveis distorções econômicas e políticas, suas alas mais extremadas entraram em colapso uma após a outra: o integralismo ainda nos anos 1940, o comunismo a partir dos anos 1960, o autoritarismo militar na década de 1980. Em um trabalho anterior expliquei esta mudança com a teoria de que a intervenção do Estado na economia é cíclica. O Estado aumentara excessivamente e de forma distorcida sua intervenção. Em consequência, sobreveio a crise do *welfare state* nos países desenvolvidos e do nacional-desenvolvimentismo nos países em desenvolvimento, abrindo espaço para uma violenta onda ideológica ultraliberal.

Com a grande crise dos anos 1980 e o colapso do regime militar, o velho nacional-desenvolvimentismo perdeu legitimidade política, mas o fracasso do neoliberalismo em substituí-lo mostrou com clareza a necessidade de um novo desenvolvimentismo. Por outro lado, no seio da esquerda tradicional, o velho nacionalismo ainda sobrevive, associado à ideologia populista e protecionista. Nos países ricos, uma parte da esquerda social-democrata, percebendo que era necessário reformar o Estado e realizar reformas orientadas para o mercado, irá constituir o que tenho chamado de nova esquerda social-

democrata ou social-liberal, e que na Grã-Bretanha recebeu o nome de terceira via.<sup>3</sup> Nos países em desenvolvimento faz menos sentido falar em terceira via, a não ser que se entenda por ela uma esquerda renovada, moderna, social-democrata ou social-liberal. Uma nova esquerda que defenda com firmeza um novo desenvolvimentismo, ou seja, uma teoria econômica e uma proposta de política econômica voltadas para o desenvolvimento econômico. Uma proposta que não sofra dos vícios da frouxidão fiscal (populismo fiscal) e da frouxidão cambial (populismo cambial), mas que afirme a necessidade de uma intervenção firme do Estado para sanar parcialmente as falhas do mercado. Uma proposta que esteja comprometida com o equilíbrio fiscal e o fortalecimento do Estado, até porque só Estados fortes podem garantir mercados fortes. Uma proposta que esteja voltada para os interesses dos mais pobres e para o interesse nacional.

Em 1987, quando assumi o Ministério da Fazenda, vendo a crise do Estado brasileiro, tinha muito claro para mim a necessidade de uma perspectiva novo-desenvolvimentista. O novo desenvolvimentismo que então adotei, embora sem ainda usar essa expressão, assemelhava-se ao primeiro porque considerava que a principal função da teoria econômica é explicar o processo de desenvolvimento econômico, e a da política econômica, promover esse desenvolvimento. Porque entendia que, nesse processo, o pressuposto neoclássico de que os mercados, desde que deixados livres, encarregam-se desse desenvolvimento é falso, embora o mercado seja um alocador de recursos razoavelmente eficiente. Porque continuava a atribuir um papel decisivo ao Estado no processo de desenvolvimento. E porque, diante da crise do Estado que então diagnostiquei, propunha, ao invés de reduzi-lo, reconstruí-lo, tornando-o mais forte, mais capaz no plano político, administrativo e financeiro. Por todas essas razões, o nome que mais se aplicava às teorias e políticas econômicas que procurava desenvolver, embora também pudessem ser chamadas de estruturalistas, eram tipicamente desenvolvimentistas.

Entretanto, as novas idéias distinguem-se do velho desenvolvimentismo, que havia se tornado populista, porque eu recusava a indisciplina fiscal e o protecionismo. A irresponsabilidade fiscal foi a principal doença do desenvolvimentismo, enquanto que o protecionismo era uma característica essencial e legítima enquanto a indústria nacional era infante, mas deixava de sê-lo quando se tornava madura e passava a poder se beneficiar da competição internacional.

---

<sup>3</sup> Ver Bresser-Pereira, 1998.

Lutei por essas idéias no Ministério da Fazenda, e perdi. O país não estava maduro para elas. No final dos primeiros três meses, quase fui expulso do partido por parlamentares populistas que se indignavam com minha determinação de alcançar o equilíbrio fiscal. No final de sete meses e meio, eu próprio decidi demitir-me porque o governo e a sociedade não davam o necessário apoio ao ajuste.

Desde o final dos anos 1980 a sociedade brasileira começou a se dar conta da necessidade do ajuste fiscal e da abertura comercial. Recebi essas mudanças com alegria, mas, um pouco mais tarde, com a eleição de Fernando Collor, vi, com desalento, que o país, sob a influência da onda neoliberal que tomara o mundo desde o final dos anos 1970, afinal se deixara vencer. Ao invés da mudança controlada do desenvolvimentismo para o novo desenvolvimentismo, o que vi foi uma guinada de 180 graus na política econômica. Agora o mercado passava a ter a última palavra em tudo. Reformas necessárias, como a comercial e a privatização de setores competitivos, eram agora desnecessariamente radicalizadas. O Estado não tinha mais papel no desenvolvimento, a não ser garantir a propriedade e os contratos. A distinção entre empresa nacional e estrangeira desaparecera: todas mereciam tratamento igual, inclusive financiamentos do BNDES.

À perda do sentimento nacionalista, juntava-se agora a política do *confidence building*, a busca de credibilidade no exterior, mesmo que às custas dos fundamentos macroeconômicos e do interesse nacional. O país aceitava agora os conceitos de Washington e de Nova York sem discutir, sem pestanejar. Ao primeiro Consenso de Washington seguiu-se o segundo, muito mais desestruturador da economia nacional. O país, além de aprofundar as reformas previstas no primeiro consenso, deveria abrir sua conta de capitais para poder receber poupança externa. Sem esta poupança, ou seja, sem déficit em conta corrente, seria impossível o desenvolvimento. Não importa que o país já estivesse excessivamente endividado e que poupança externa significasse mais endividamento. Não importa que a taxa de câmbio se estabelecesse em um nível valorizado. Isto ajudava a combater a inflação. Não importa que a taxa de juros compatível com o câmbio valorizado inviabilizasse o investimento e agravasse o déficit público. Não importa que permanecesse com a economia quase-estagnada. Não importa que o câmbio valorizado aumentasse artificialmente os salários e o consumo, de forma que a entrada de poupança externa era compensada com diminuição da poupança interna. Não agravava o déficit primário, e também ajudava a combater a inflação. Em compensação estávamos sendo disciplinados, e assim ganhando credibilidade internacional. Credibilidade, no entanto, que se evaporaria duas vezes, a

primeira em 1998, a segunda em 2002, quando os credores suspenderam a rolagem da dívida brasileira.

No primeiro mundo, porém, a onda neoliberal começou a perder força desde meados dos anos 1990. O pêndulo cíclico começava a voltar para uma posição mais equilibrada. A direita neoliberal, que até há pouco adotava uma atitude triunfal, entrou em declínio nos países desenvolvidos. A derrota de Thatcher na Grã-Bretanha e do “Contrato para a América” nos Estados Unidos marcaram a virada, que se fez notar imediatamente nas posições mais moderadas adotadas pelo Banco Mundial.<sup>4</sup> Entretanto, os neoliberais ainda se sustentam devido ao êxito da economia americana nesta última década, a partir do fato de que o modelo anglo-saxão de desenvolvimento é mais orientado para o mercado do que o europeu.

Diante da onda neoliberal, e da sua aceitação acrítica pelas elites brasileiras, a velha esquerda nacionalista passou a afirmar que a globalização era o fato novo que impedia a autonomia do Estado nacional. Esta é uma atitude suicida, na medida em que nos deixa sem alternativas reais de políticas econômicas e sociais. Ao contrário do que afirma o globalismo neoliberal e a esquerda tradicional nacionalista, existe, no sistema global em formação, um espaço de liberdade para decisões dos governos em matéria de políticas públicas e de defesa do interesse nacional.

A globalização é a competição generalizada entre os países através de suas respectivas empresas. Por isso, com a globalização, o Estado pode haver-se tornado mais interdependente, mas, em compensação, tornou-se mais estratégico. Apesar de a globalização, enquanto fenômeno real (que deve ser claramente distinguida da ideologia globalista), ter levado os Estados nacionais a se tornarem mais interdependentes, eles não se tornaram menores, e seus governos não são hoje menos, mas mais estratégicos. A defesa que os governos dos países ricos fazem de seus interesses nacionais nunca esteve mais viva do que hoje. As sociedades nestes países têm isto bem claro para elas próprias. Por isso exigem que seus governos defendam seus interesses nacionais. Por isso não estão dispostas a ver suas empresas e seus bancos serem desnacionalizados de forma vexatória, como aconteceu ao Brasil nesta década. Por isso elas distinguem com clareza suas empresas, seu capital e traba-

---

<sup>4</sup> “Contrato para a América” foi a proposta neoliberal de Newt Gingrich, que, com a vitória nas eleições parlamentares de 1994, tornou-se líder do Partido Republicano e presidente da Câmara dos Deputados. A derrota de Bob Dole nas eleições presidenciais de 1996, e a reeleição de Bill Clinton, foi em grande parte atribuída ao radicalismo de Gingrich, que, em consequência, perdeu a liderança republicana.

lho nacionais, do capital e do trabalho estrangeiros. Os franceses defendem suas empresas, os alemães defendem suas empresas, os ingleses defendem suas empresas, os italianos defendem suas empresas e até os americanos, que em princípio não precisariam, defendem suas empresas. Não impedem sistematicamente que estrangeiros as comprem, mas tanto compram quanto vendem, e certamente não estimulam a desnacionalização. Alguns tipos de empresa de caráter mais estratégico, como bancos, serviços públicos e órgãos de imprensa são na prática, senão formalmente, reservados a nacionais.

O globalista ou entreguista afirma a própria incapacidade do país, e espera a orientação e o apoio dos países ricos. Os velhos nacionalistas, no pólo oposto, também reconhecem a superioridade dos países ricos, mas entendem que os interesses desses países seriam sistematicamente contrários aos nossos. Os jogos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos teria soma zero: quando um ganha o outro perde. Logo, seria preciso ser contra o estrangeiro, contra as empresas multinacionais, contra as agências multilaterais. Seria necessário uma atitude geral “anti”. Mais do que isto, já que o pressuposto é o de que, quando negociamos, sempre perdemos, seria conveniente que o país se fechasse o máximo possível em relação ao exterior.

Nos países desenvolvidos a ideologia do “globalismo” — ou seja, de que o Estado-Nação perdeu relevância política no plano internacional — é apenas uma ideologia para uso externo. O nacionalismo é uma constante. No Brasil é preciso que sejamos tão nacionalistas quanto são os americanos, os franceses ou os ingleses. É preciso que exijamos que o governo defenda os interesses do capital e do trabalho nacionais. E que adote políticas econômicas que se enquadrem no novo desenvolvimentismo, ao invés de reproduzirem modelos e idéias neoclássicas.

O novo nacionalismo e o novo desenvolvimentismo admitem a superioridade econômica e tecnológica dos países desenvolvidos, mas não a sobreestima. Admite que eles tenham instituições melhores do que as nossas, mas não as copia servilmente, inclusive porque entre eles os modelos variam. Concorde quanto à necessidade de construção de nossa identidade nacional, mas nega que nossos interesses sejam sempre conflitantes com os do exterior. Recusa a idéia globalista de que os países ricos saibam melhor do que nós quais as políticas que devemos adotar, assim como recusa o pressuposto nacionalista de que não temos condições de negociar. O novo desenvolvimentismo é a teoria e a política que colocam o desenvolvimento nacional como objetivo central; nacionalismo é a política do interesse nacional, é a ideologia que afirma que nossos interesses nacionais são com freqüência coincidentes com os dos demais países, mas em certos casos, contraditórios. Que não há o pres-



suposto de que, quando negociamos, sempre perdemos, razão para se rejeitar uma atitude genérica a favor ou contra o estrangeiro, mas, sim, para verificar qual é o interesse nacional envolvido em cada caso, e negociar a partir daí.

Nossa história nacional não tem sido uma história de defesa consistente do interesse nacional. Pelo contrário, temos muitas vezes esquecido ou traído este critério. O complexo de inferioridade colonial pesa sobre nossas elites e as leva ou a um globalismo alienado, ou a um nacionalismo retrógrado. Por outro lado, a incapacidade de definirmos teorias econômicas adaptadas à nossa realidade tem nos levado a aceitar modelos neoclássicos e neoliberais incompetentes, ao invés de formularmos cada vez melhor uma teoria e uma política econômica novo-desenvolvimentistas. A onda neoliberal, porém, já está em declínio, e o número de anomalias que se acumulam em relação ao modelo neoclássico e monetarista explicam porque grande parte do trabalho dos economistas é ou irrelevante, ou mera aplicação de ideologias. Existe, portanto, um espaço para que o novo nacionalismo e o novo desenvolvimentismo voltem a orientar a política econômica e a reforma institucional no Brasil. Para que a Revolução Nacional Brasileira seja retomada.